

# MEMÓRIA E ARQUIVO: A INFLUÊNCIA DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NA COMPOSIÇÃO DOS ARQUIVOS DA DITADURA

Jairo Barbosa de Abreu<sup>1</sup>

## RESUMO

Durante o período de 1964 a 1985 o Brasil passou pela Ditadura Civil-Militar, um marco ainda recente na jovem história da democracia Brasileira, que se reflete tanto na identidade social quanto nos arquivos e documentações que foram produzidas desde então. Com o desenvolvimento da Comissão Nacional da Verdade, instituída no ano de 2012 a 2014, teve-se como proposta ‘revelar’ a memória que foi, intencionalmente, escondida e/ou destruída, possibilitando o desenvolvimento de comissões avaliadoras para criação de fundos de memória relativos à ditadura civil-militar. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a influência da Comissão Nacional da Verdade na composição dos arquivos da ditadura, refletindo sobre o papel do arquivo como fonte de informação. Especificamente, objetivou-se a) Discutir a relação entre o conceito de Memória e Arquivo na problemática da Ditadura Civil-Militar; b) Pesquisar em base de dados da área de Ciência da Informação (CI) a ocorrência de pesquisas sobre Memória, Ditadura e Arquivo. Tendo como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, atualizando pesquisas já desenvolvidas e visando obter o entendimento do que está sendo produzido relativo aos termos memória e ditadura-Militar no escopo dos arquivos e da comissão nacional da verdade. Os resultados apontam para o crescimento da produção sobre memória e ditadura militar, mas com escassez de produção relacionada, especificamente, aos arquivos e o papel das comissões da verdade na sua constituição. Conclui-se que, apesar da produção estar relacionada aos arquivos, pouco se discute acerca do tratamento arquivístico e das possibilidades de contribuição da Arquivologia à temática.

**Palavras-chave:** Memória; Ditadura; Arquivo; Comissão Nacional da Verdade

## 1 INTRODUÇÃO

O entendimento sobre a construção da identidade está, de certa forma, vinculado à memória e a compreensão sobre esse fenômeno no âmbito social. Partindo desta reflexão Silveira e Krewer (2001, p.149) afirmam que “a identidade pessoal é, portanto, a soma do conjunto de lembranças de fatos e ideias do passado com a sua consciência atual”.

Tendo isso em vista, percebe-se a complexidade na formação de uma identidade pessoal, pois a consciência sobre o presente, nos indivíduos, perpassa memórias coletivizadas no âmbito social. Tratando da perspectiva a respeito da consciência coletiva, Marques (2018) se baseando nas teorias sobre memória de Ricoeur diz que a “A memória individual, então, seria o resultado da reflexão sobre a memória coletiva, conforme as relações que o indivíduo mantém com o meio” (Marques, 2018, p. 40).

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Prof. Dr. Cezar Karpinski. Graduando em arquivologia. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jairo.abreu@ufsc.br

Partindo destes pressupostos, este artigo reflete sobre o papel dos arquivos na reconstrução da memória sobre o período da Ditadura civil-militar (1964 a 1985). Esse momento provocou e ainda provoca influências comportamentais, por meio da memória ou do esquecimento, no âmbito pessoal, coletivo, político e eleitoral. A memória sobre a ditadura civil-militar brasileira atua na compreensão histórica do Brasil.

Na última década, esse tema tem sido evocado no Brasil com objetivos revisionistas do que foi documentado e que não há muito tempo ocorreu. Pelo período ser relativamente recente na história brasileira, muitos se apoiam na memória vivida para objetivar e reconhecer narrativas que não condizem com os fatos históricos documentados até então. É uma discussão pautada no que se designou história do tempo presente que, segundo Fico (2012) tem como marca central “[...] decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou” (Fico, 2012, p. 45).

Ao se voltar aos arquivos e se apoiar na documentação para reflexão a respeito de tais influências, se percebe que os documentos do período da ditadura civil-militar brasileira passaram por uma série de alterações. Foram alterados dados e metadados, assim como houve o apagamento de muitas informações que ali eram contidas. Discutindo sobre a questão do “apagamento” ou alteração de arquivos, Ciavatta (2014, p. 161) menciona que “Implantada a ditadura, o regime foi incansável em perseguir pessoas e destruir toda documentação que alimentasse outras ideias, outras memórias, que pudessem esboçar a crítica aos seus objetivos autoritários”. Portanto, a confiabilidade de tais documentos se torna problemática para os estudos acerca do período, gerando distorções nas narrativas e trazendo incertezas sobre o período.

A importância de se registrar informações e preservar a integridade dos documentos que servem de suporte para os registros vem desde o princípio da comunicação humana. Porém, a noção relativa à confiabilidade atribuída aos documentos começou a partir da sua utilização para comprovação de bens e propriedades, necessitando refletir sobre valor e a entender a importância do registro. Duranti (1994) traz a reflexão que:

os materiais arquivísticos, ou registros documentais, representam um tipo de conhecimento único: gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido (Duranti, 1994, p. 2).

No tocante aos registros informacionais em documentos de arquivo no Brasil, a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 se constitui como instrumento legal para gestão e preservação dos arquivos. Assim, os documentos de arquivo contam com proteção do estado para que se garanta a sua integridade, confiabilidade e acesso. Conseqüentemente, os documentos produzidos durante o período da ditadura civil-militar brasileira poderiam ser utilizados como prova para abertura de investigações do período. De acordo com Fico (2012), o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) teve um papel chave nesse momento.

Além disso, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 16 de maio de 2012, se permitiu uma análise mais aprofundada sobre período, tendo como foco apurar violações aos direitos humanos com reconhecimento por meio da Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011. Tal Lei é um marco para a formação de novos arquivos da ditadura civil-militar brasileira, possibilitando novas pesquisas e informações essenciais que fornecem o embasamento para a abertura ou reabertura de processos criminais no judiciário.

Analisar e discorrer sobre memória e arquivo traz uma série de reflexões oportunas e que nos servem para compreender problemas recorrentes. A memória em sua formação e influência na produção de documentos, o arquivo com seu papel de registro e confiabilidade dentro de um contexto como a ditadura civil-militar que reflete no nosso social, se relaciona profundamente com a área da Arquivologia, e este trabalho irá discorrer sobre.

Sendo assim este artigo discute, por meio da produção bibliográfica disponível em uma base de dados, quais as relações entre os termos ‘memória’, ‘arquivo’ e ‘CNV’, tendo em vista a problemática do período histórico brasileiro que foi a ditadura civil-militar. A pergunta que desencadeou a pesquisa foi: Qual o efeito da CNV nos arquivos da ditadura?

Para responder tal pergunta, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a influência da CNV na composição dos arquivos da ditadura, refletindo sobre o papel do arquivo como fonte de informação. Especificamente, objetivou-se a) Discutir a relação entre o conceito de Memória e Arquivo na problemática da Ditadura Civil-Militar; b) Pesquisar em base de dados da área de Ciência da Informação (CI) a ocorrência de trabalhos sobre Memória, Ditadura e Arquivo.

O estudo se justifica pela necessidade de se entender o papel da memória na formação dos arquivos sobre a ditadura civil-militar e pela consideração que deve ser dada às comissões da verdade e da justiça. Além disso, é uma forma de identificar o que a produção científica vem desenvolvendo sobre o assunto.

Neste sentido, serviu como ponto de partida, o artigo de Moura e Karpinski (2020) que levantou dados quantitativos acerca das publicações sobre memória e ditadura militar, na área

de Ciência da Informação. Considerando a proposta de ser um estudo relevante para área de Arquivologia, especificamente, inserimos a questão dos arquivos e ampliamos o recorte temporal até 2023. Assim, contribui-se para o entendimento a respeito da memória e seu papel na formação dos arquivos da ditadura civil-militar, tendo em vista os resultados do trabalho da CNV.

Também serve como justificativa, a pesquisa levantada por Passarin (2021) que abordou os temas “Informação” e “Memória” relacionados à ditadura civil-militar brasileira e Marques (2018), que discorreu sobre a problemática dos documentos históricos e sua preservação. Como será apresentada na metodologia, a escassez de produção científica destes temas na área da CI e concomitantemente junto a área da arquivologia, demonstra a necessidade de continuar refletindo sobre a produção nesta temática.

Esta pesquisa foi pensada pelo autor desde o início da graduação de Arquivologia, devido a uma insatisfação pessoal. Como estudante universitário e como cidadão participante e reflexivo a respeito das problemáticas advindas do mau uso das informações, observa-se que a falta de respeito aos arquivos do período da ditadura civil-militar brasileira, trouxe narrativas danosas à democracia, muito presentes durante o período de estudo deste trabalho.

## **2 METODOLOGIA**

A fim de se entender de forma teórica a importância da compreensão dos temas, memória e arquivo, foi feita uma pesquisa em base de dados, procurando perceber a incidência destes termos nos trabalhos acadêmicos sobre a ditadura civil-militar brasileira. Buscou-se, por meio da leitura de obras e produções acadêmicas, quais reflexões poderiam servir para a solução do problema deste trabalho.

A pesquisa que originou este artigo foi de natureza básica, levantou reflexões a respeito dos temas sem a necessidade de sua aplicação na resolução de problemas específicos. (Barros; Lehfeld, 2007). Quanto à abordagem utilizada, foi feita uma pesquisa quantitativa somada a uma análise qualitativa e, para isso, baseou-se nas observações de Fonseca (2002) que considera que uma pesquisa qualitativa perpassa aquilo que pode ser somente quantificado e entra na compreensão teórica de suas dinâmicas e relações. Sobre a pesquisa quantitativa, Fonseca (2002) explica que tal abordagem se utiliza de instrumentos padronizados para construir suas análises de forma mais objetiva. Tendo em vista a utilização das abordagens de forma conjunta,

é Flick (2009) que indica e incentiva a combinação quanti-qualitativa, fazendo-se valer dos aspectos positivos e minimizando os negativos de cada forma de abordagem.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi exploratória, pois, de acordo com Gil (2002, p. 41), esse tipo de pesquisa tem “[...] como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições [...], portanto, bastante flexível [...] na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica”.

Como procedimento técnico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para levantamento dos dados e sua análise. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Sendo assim, foi possível utilizar documentos diversos, desde artigos, periódicos em revistas, livros, dentre outros, para a obtenção do resultado do objetivo requerido. Refletindo sobre a importância da pesquisa bibliográfica, Lakatos e Marconi (2023) evidenciam que: “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (Lakatos; Marconi, 2003, p.183).

O instrumento técnico utilizado para desenvolvimento da pesquisa foi o fichamento para a ordenação das partes consideradas pertinentes para a solução do problema. Essa ferramenta auxilia na forma de organização do material que, como explica Lakatos e Marconi, “A ficha, [...] permite a ordenação do assunto, ocupa pouco espaço e pode ser transportada de um lugar para outro. Até certo ponto, leva o indivíduo a pôr ordem no seu material” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 48).

Para atualizar os resultados do artigo de Moura e Karpinski (2020), foram utilizados os mesmos métodos descritos pelos autores, ampliando o recorte temporal de 2009 até 2023. Todos os dados foram coletados na Bases de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação a (BRAPCI), levantando assim as chaves de pesquisa “Memória” AND “Ditadura Militar”. Do resultado advindo desta busca, acrescentou-se uma análise acerca dos artigos com foco temático em Arquivo, sendo observados os títulos e resumos correspondentes às áreas relacionadas. Após a consulta e análises, foram recuperados 25 artigos na aplicação da metodologia de Moura e Karpinski (2020), onde se percebeu um aumento considerável na produção de publicações. No entanto, no tocante aos artigos que se referem a arquivos, foram analisados 13 artigos, sendo que, deste número, cinco fazem referência à CNV. Com esse último recorte, fez-se uma descrição sumária acerca da influência da CNV na constituição dos arquivos da ditadura, a partir das temáticas de pesquisa apresentadas pelos autores.

Em termos de estrutura, o artigo está organizado nas seguintes seções: Resumo; 1. Introdução como exposição do tema, problema, objetivos e justificativa; 2. Metodologia; 3. A ditadura e a memória por meio dos registros, subdividida nas temáticas ‘A Memória’ e ‘Os Arquivos’; 4. Comissão Nacional da Verdade (CNV); 5. Levantamento dos Dados; 6. Considerações Finais; Referências.

### **3 A DITADURA E A MEMÓRIA POR MEIO DOS REGISTROS**

A ditadura civil-militar compreende um período de 21 anos de [1964-1985] que exerce ainda hoje uma grande influência no imaginário social, trazendo discussões a respeito dos acontecimentos que culminaram no que hoje se vê como a democracia no Brasil. Dito isso, refletir sobre como essa “memória” influenciou a forma com que desenvolvem os registros e se constitui a história por meio das documentações recebidas ou produzidas, se faz necessário.

Refletindo sobre esse comportamento e colocando em perspectiva que o período da ditadura civil-militar brasileira teve fim há apenas 38 anos, percebe-se que as experiências continuam na memória de gerações ainda vivas e atuantes. Fico (2012) destaca que, por mais que muitos historiadores digam que é necessário ter um distanciamento do período analisado, imbricando caso contrário, em um possível olhar tendencioso, a utilização de documentos e depoimentos de pessoas que vivenciaram tal momento histórico é válido e de grande ajuda para entendimento concernente à memória do ocorrido.

#### **3.1 A MEMÓRIA COMO CONCEITO**

Memória é um tema que apresenta múltiplas abordagens. No âmbito da Filosofia, Chauí (2005, p.158) diz que: “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais”.

Contudo, a memória como tema de estudo vem sendo abordada por diversos autores que instauraram perspectivas e compreensões distintas, seja ela como expressão de forma individual e coletiva, ou fenomenologia. Marques (2018) explica que: “A memória seria, então, a opção de deduzir um significado a algo de que o homem se lembra” (Marques, 2018, p.37).

Refletindo sobre os aspectos da memória a partir do esquecimento, um autor que se destaca é o filósofo Paul Ricoeur (1913-2005). Na área da Ciência da Informação, Marques (2018) elenca as diferenças de pensamento sobre o conceito de memória em diversos autores

por meio da obra de Ricoeur “A memória, a história e o esquecimento”. De acordo com a autora, para Ricoeur, a memória é uma representação, no presente, sobre algo ocorrido no passado. E essa representação estará a cada momento, sujeita a influências do exterior (os próximos e os outros) e a mudanças no próprio sujeito, como o seu humor, por exemplo (Marques, 2018).

Outro aspecto importante no entendimento da memória é a noção de tempo e espaço. Ainda apoiada em Ricoeur, Marques (2018) explica que “Antes de qualquer outro tipo de memória, é o reconhecimento, ao acordar, como o indivíduo que adormeceu, um tipo básico de memória marcado tanto pela memória corporal quanto pela memória do lugar” (Marques, 2018, p. 38). Podendo ser entendido duas etapas da lembrança tal a lembrança primária aquela experienciada no momento, qual a lembrança secundária sendo ela uma nova percepção em outro momento (Marques, 2018).

Contudo a preocupação nas teorias de Ricoeur reside nos possíveis abusos da memória, os quais decorrem da “[...] vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação” (Ricoeur, 2007 *apud* Marques, 2018, p.39).

Ao relacionar a memória e os registros (arquivo), também a partir de Ricoeur, Karpinski (2015), afirma que

o arquivo deixa de ser o repositório da memória coletiva, mas como um lugar social que guarda os “rastros” do passado subsumidos nos documentos arquivados. A partir deste “rastro” ocorre a “operação historiográfica”, momento onde a memória se torna História, a partir da narrativa subjetiva do historiador (Karpinski, 2015, p.5).

Corroborando com essa afirmação Marques (2018), pois reflete sobre as possibilidades da documentação se sobrepujar ao historiador, necessitando de se observar testemunhos conflitantes e se questionar a respeito das diversas possibilidades de narrativas que surgem a partir dos testemunhos orais e de documentos de registro, onde por meio do controle dos mesmos pode se deturpar se corromper as informações ali contidas impedindo a disseminação do conteúdo e concretizar a falta de confiabilidade nos registros possibilitando a perpetuação de práticas políticas indesejadas. (Marques, 2018).

Essas discussões servem, sobremaneira, para se pensar a questão dos arquivos da ditadura civil-militar brasileira, uma vez que as possibilidades de manipulação dos dados arquivísticos apagam ou modificam ‘rastros’. Assim, independentemente da perspectiva

teórica, o conceito de memória se torna chave para a compreensão do papel e do alcance dos arquivos na reconstrução ou representação do passado ditatorial do Brasil.

### 3.2 OS ARQUIVOS

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística descreve Arquivo como “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (Arquivo Nacional, 2005, p.27). Assim, tais arquivos se fazem presentes em âmbito particular ou institucional, desde sua produção até a sua destinação final.

Relacionar os arquivos com a memória torna-se essencial, devido a capacidade de preservação da informação que o registro documental possibilita, derivada da relação entre os documentos e suas atividades (Duranti, 1994).

Dessa forma, não se pode pensar um documento de arquivo de forma única, mas sim como parte de uma série de documentos que fornecem informação e conhecimento. Discorrendo sobre os arquivos, Duchein (1986) diz o seguinte:

documento de arquivo - ao contrário de um objeto de coleção ou de um dossiê constituído por peças heterogêneas de proveniências diversas - não tem razão de ser, isoladamente. Sua existência só se justifica na medida em que pertença a um conjunto. Situa-se dentro de um processo funcional do qual se constitui, por si mesmo, num elemento, por menor que seja (Duchein, 1986, p.17)

Já Bellotto (2004) vai mais longe dizendo que: “O documento de Arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu” (Bellotto, 2004, p.28). A gestão de documentos advém há muito tempo de um processo lento, no qual foi necessário o reconhecimento da importância dos documentos não somente para comprovação de algo, mas também no seu valor histórico, trabalho que o arquivista realiza por meio da gestão dos acervos, permitindo diversas vantagens no tratamento, controle e acesso aos documentos.

Após a criação da ‘Teoria das Três Idades’, uma nova forma de gestão de arquivos surgiu, visando a forma pela qual são produzidos os documentos, utilização dos arquivos e sua destinação, sendo estas nas idades corrente e intermediária (Paes, 2004). No Brasil foi a Lei 8.159/1991 estabelece que

Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (Brasil, 1991).

Contudo, ao pensar o arquivo como documento que preserva a memória, os arquivos permanentes apresentam características distintas das outras fases do ciclo vital. Bellotto (2004) conclui que “os arquivos permanentes [...] são a matéria-prima da história. Ali estão documentados direitos e deveres do estado [...], provas e testemunhos que ficarão armazenados.” (Bellotto, 2004, p. 25).

Ao refletir o papel do arquivista como guardião dos “registros documentais” Duranti (1991) levanta duas suposições: “1) que os registros documentais atestam ações e transações e 2) que sua veracidade depende das circunstâncias de sua criação e preservação.” (Duranti, 1991, p.2). Dessa forma, a autora demonstra a necessidade do agente arquivista de preservar a integridade do documento, garantindo as características que se devem ter tais documentações.

Duranti (2004, p.2-4) também estabelece cinco características fundamentais contidas nos documentos arquivísticos, sendo elas:

1. Imparcialidade: que traz como característica principal a fidelidade na sua criação sem viés, podendo ser usado futuramente como prova;
2. Autenticidade: se relaciona a custódia dos documentos, que seguem o caminho para qual foi produzido, sendo respeitado seu controle se tornando fiel e autêntico;
3. A Naturalidade: parte da concepção de que os documentos se acumulam de forma espontânea sem interferência premeditada de organização prévia;
4. O Inter-relacionamento: condiz com a noção de relação entre os documentos dos quais são ligados a sua função primordial. Nas palavras de Duranti (1991, p.3) “os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais permanentes tanto quanto de documentos”;
5. Unicidade: sendo uma característica relacionada à condição única do documento na sua organização estrutural, mesmo ele sendo uma cópia relacionada a algum documento ela continua tendo a característica de unicidade em sua repartição.

A seleção da documentação de arquivo classificada com valor de arquivo permanente, deve-se proceder ao recolhimento, atendendo ao valor comprobatório ou histórico dos arquivos. Esse processo é definido por uma ‘avaliação’ dos arquivos que segue técnicas arquivísticas. O valor dos documentos avaliados deve ser definido a partir da ‘classificação’ em: a) valor primário referente a como esse documento atua para o que lhe foi proposto originalmente sendo ele utilizado para seu propósito administrativo (Jardim, 1995, p.6); b) valor secundário, onde tais documentos são utilizados para alguma outra forma de utilização que não a que foram

propostos a fazer (Jardim, 1995, p.6), em tais documentos é observado outro tipo de valor, o informativo. Geralmente se associa a esses documentos de valor secundário o possível interesse pela pesquisa. A esse respeito, Jardim (1995) expressa que:

Enquanto suporte material de uma dada memória, o documento apresentaria atributos de valor permanente, valor secundário, valor de prova e valor informativo. As quatro noções de valor estariam entrecruzadas, [...] a avaliação documental é acionada como o recurso técnico mais eficaz (na verdade, o único legitimado pela arquivologia) para a escolha de documentos “históricos” arquivísticos, passíveis de integrar o patrimônio documental de uma sociedade, em razão da sua capacidade de expressar a memória desse grupo (Jardim, 1995, p. 6).

Outro aspecto interessante de ser observado nos arquivos é o respeito aos fundos. Bellotto (2004) afirma que a organização da documentação deve ser feita por meio do fundo documental, não se atendo a uma classificação somente pelos arranjos de assuntos, ordem cronológica e ou pelos tipos de suportes (Bellotto, 2004).

No passado, considerando os sistemas de classificação e ordenação de documentos de arquivo, o respeito aos fundos, também chamado de princípio da proveniência dos documentos, nem sempre foi algo respeitado. Isso resultou em uma série de desafios relativa à ordem de classificação daquela documentação. Nesse sentido, Duchein (1986) mostra que

o mal foi relativamente pequeno quando se tratava de classificar dessa forma, arquivos de um só organismo (isto é, arquivos de uma mesma origem). Muito mais grave se tornou, porém, nos grandes depósitos de arquivos (cujo aparecimento tem início precisamente no século XVIII), onde foram reunidos arquivos de diferentes proveniências (Duchein, 1986, p.15).

Tal princípio de respeito aos fundos age de maneira universal na arquivística, permitindo que o documento de arquivo seja considerado dentro do conjunto ao qual foi formado. Duchein (1986) conclui que: “é essencial para a apreciação de um documento qualquer, saber com exatidão quem o produziu, em que circunstâncias, no desenrolar de que ação, com que objetivo, a quem se destinava, como e quando foi recebido por seu destinatário e por que meios chegou até nós” (Duchein, 1986, p.17).

Considerando os aspectos técnicos arquivísticos que definem a classificação e avaliação de arquivos a partir dos seus valores, o arquivista, e todos os sujeitos envolvidos no processo de guarda e/ou eliminação, constituem-se com agentes da memória e do esquecimento. Não é para menos que Ricoeur (2007) problematiza o lugar do arquivo como a ponte entre a memória e a História. Essa constatação se torna ainda mais visível em arquivos produzidos em momentos

históricos traumáticos, uma vez que a falta de um processo técnico na seleção e preservação da integridade dos documentos de arquivo, prejudicarão o acesso à informação registrada.

No Brasil, para que houvesse uma pesquisa aos arquivos da ditadura civil-militar, o governo instituiu a CNV, que passou a atuar na identificação e tratamento dos fundos documentais de órgãos do governo. O contexto, objetivos e funções da CNV estão resumidos na próxima seção.

#### **4 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV)**

Criada pelo Governo Federal durante o mandato de Dilma Rousseff a CNV foi um marco para as investigações de graves violações de direitos humanos, sendo realizada no período de 16 maio de 2012 a 10 de dezembro de 2014, orientada a partir da Lei nº 12528/2011.

a criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos (CNV, 2014, p.20).

Entretanto a Comissão teve seu início anteriormente, advindo de um ato presidencial em 31 de janeiro de 2010 na formação de um anteprojeto de lei para a criação da CNV. Sua criação regida pelo artigo 2º da Lei nº 12528/2011 teve como membros sete participantes, sendo eles escolhidos pela então presidente (CNV, 2014, p. 20-21), Tal comissão foi seguida por meio da instauração da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. A LAI se torna um marco facilitador à CNV, pois deu respaldo ao desenrolar de suas atividades, assim como transparência no acesso das informações.

Contudo, analisando as formas de impacto relativo a LAI perante a comissão há outros pontos de vista quando observado no âmbito da administração pública, refletindo sobre a LAI, Passarin e Karpinski (2019) ressaltam que:

a Lei de Acesso à Informação dificulta a seleção e restrição de acesso às fontes de informação geradas no âmbito da administração pública. Isso porque restringe aos órgãos gestores o poder absoluto de definir o que deve ou não se tornar público e, como tal, impedir a socialização do patrimônio documental que se refere à sociedade brasileira. Dessa forma, a LAI passa a ser um instrumento de controle ao próprio “poder” de controlar, selecionar manipular o conteúdo informacional que deve fazer parte da memória social (Passarin e Karpinski, 2019, p.151).

A partir do desenvolvimento das atividades da comissão, houve a instauração de diversas comissões, de ordem municipal e estadual, onde se permitiu a capilarização da atuação

da CNV chegando a produzir centenas de arquivos. Conseqüentemente, a CNV prospectou a gestão desses arquivos por meio da arquivística, o que seria um facilitador ao acesso. Sobre esse aspecto da temática, Passarin (2021) aponta que

a criação da Comissão Nacional da Verdade e de suas comissões adjacentes foi uma iniciativa governamental de centralização e organização das fontes de informação do regime ditatorial brasileiro. [...] ficou a cargo da Casa Civil da Presidência da República amplo suporte, inclusive financeiro, ao desenvolvimento das atividades da Comissão (Passarin e Karpinski, 2021, p.67).

Como resultado, a CNV desenvolveu um relatório final dividido em 3 volumes, com os tais segmentos:

Volume I: Dividido em cinco partes sendo elas: Parte I – A Comissão Nacional da Verdade; Parte II – As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos; Parte III – Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas; Parte IV – Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores O Judiciário; Parte V – Conclusões e recomendações.

Volume II: TEXTOS TEMÁTICOS

Volume III: MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS.

## 5 LEVANTAMENTO DOS DADOS

Na atualização da pesquisa de Moura e Karpinski (2020), utilizando os mesmos parâmetros, exceto o recorte temporal que abrangeu publicações de 2009 a 2023, foram recuperados 25 artigos. A busca foi realizada entre os dias 10 e 19 de setembro de 2023 e os dados são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 - Atualização da pesquisa bibliográfica na BRAPCI

Autor	Título	Ano	PERIÓDICO
1. RODRIGUES, G. M.	Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história	2011	Acervo – Revista do Arquivo Nacional
2. RECH, N. S.; GUTFREIND, C. F.	A Memória em construção: a ditadura militar em documentários contemporâneos	2011	Em Questão
3. THIESEN, I.	Documentos ?sensíveis?: produção, retenção, apropriação	2013	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
4. GREEN, J. N.	“Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura	2014	Acervo – Revista do Arquivo Nacional

5. CIAVATTA, M.	A memória sem medo: sobre o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura	2014	Acervo – Revista do Arquivo Nacional
6. FONTES, E. J. O.	O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA)	2014	Acervo – Revista do Arquivo Nacional
7. BTESHE, M.	Elena, o filme: narrativas sobre a experiência do suicídio	2014	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde
8. ARAÚJO, M. P. N.	Cartografia de uma cidade retomada: a reocupação política das ruas e praças do Rio de Janeiro da década de 1970	2014	Acervo – Revista do Arquivo Nacional
9. COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C.; MONTEIRO, C. A. V.	Empresas, ditadura civil militar brasileira e centros de memória e documentação corporativos: um estudo exploratório	2015	Logeion: filosofia da informação
10. SOUSA, R. P. M.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; SOUSA, M. R. F.	Reflexões sobre a regulamentação da Lei de acesso a informação no âmbito do poder executivo federal	2016	Revista Analisando em Ciência da Informação
11. CASTRO, L. G. S.; OLIVEIRA, A. J. B.	Jornal Movimento: Uma análise na memória social, discurso político e midiático, imprensa alternativa e informação	2016	Revista Conhecimento em Ação
12. ALMEIDA, M. Z.; ASSIS, J. M. F.	Filmografia sobre frei Tito: o audiovisual como documento memorialístico	2017	Informação Arquivística
13. CABRAL, J. R.	Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar	2017	Archeion Online
14. LAPERA, P. V. A.	Fragmentos da dor: violência racial e étnica no cinema brasileiro no crepúsculo da ditadura civil-militar (1979-1985)	2018	Acervo – Revista do Arquivo Nacional
15. PASSARIN, M.; KARPINSKI, C.	Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo memória e direitos humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	2019	Perspectivas em Ciência da Informação
16. SILVA, L. C.; MIRANDA, Z. D.	Avanços e limites da comissão milton santos de memória e verdade da ufba: análise arquivística	2019	Revista Fontes Documentais
17. ROSA, R. A. M.; RODRIGUES, G. M.; MANINI, M. P.	Reconstrução de memórias da Ditadura Militar: o uso de documentos de arquivos na filmografia brasileira	2019	Informação & Sociedade: Estudos,
18. RIBEIRO, A. C.	Universidade e repressão política	2019	Revista Informação na Sociedade Contemporânea
19. BEZERRA, A. A.; BARCELOS, P.	Cantando a dor do outro: o caso Zuzu Angel e a canção como testemunho na obra de Chico Buarque	2020	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde
20. MOURA, E. M. S.; KARPINSKI, C.	Memória e Ditadura Militar no Brasil: a produção científica do tema na Ciência da Informação	2020	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
21. BEDRIKOW, R. et al.	A história de Mauricio Knobel preservada no Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp	2021	Memória e Informação

22. COSTA, F. F.	Nenhum governo é de pedra: : um editor contra a ditadura	2021	Ensaio Geral
23. RUFO, R. A.; FAGUNDES, P. E.	Produção teórica sobre fotografia, memória e ditadura militar nos programas de pós-graduação em ciência da informação	2021	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
24. SILVA, J. K. T.; OLIVEIRA, D. A.; DIAS, C. C.	Contribuições Dos Estudos Em Organização Para A Recuperação E Acesso Aos Documentos Da Comissão Da Verdade Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	2022	IRIS – Revista de Informação, Memória e Tecnologia
25. RUFO, R. A. et al.	Documento fotográfico: análise em repositório da Ciência da Informação	2023	Ágora

Elaborado pelo autor (2023)

Observando o recorte temporal, os artigos que foram publicados compreendem os anos de 2011 a 2023, sendo que no ano de 2012 não foi publicado nenhum artigo. Já o ano de 2014 ainda é o que possui o maior número de artigos produzidos como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2: Publicações por ano

ANO	ARTIGOS
2011	2
2013	1
2014	5
2015	1
2016	2
2017	2
2018	1
2019	4
2020	2
2021	3
2022	1
2023	1
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>

Elaborado pelo autor (2023)

Os artigos abrangem temas diversificados dentro das problemáticas envolvendo os termos memória e ditadura militar. No entanto, percebe-se uma predominância de temas associados às questões sociais, estudos sobre as leis, reflexões sobre identidade e gênero e produções de biográficas.

Nota-se um aumento na produção de periódicos, se comparado à quantidade de resultados levantados por Moura e Karpinski (2020), do qual foi obtido um aumento de 17 artigos. Além disso, se observa que alguns deles foram inseridos nas bases de dados posteriormente ao do levantamento feito pelos autores, como no ano de 2013 que não havia uma pesquisa referente. Ainda há uma predominância de artigos associados ao periódico “Acervo - Revista do Arquivo Nacional” cujo tema relacionava-se aos “50 anos do golpe: ditadura e transição democrática no Brasil”. Conforme o quadro 3 a seguir.

Quadro 3. Comparativo de resultados por artigos.

ANO	Moura e Karpinski	Atualização
2011	2	2
2013	-	1
2014	3	5
2015	1	1
2016	1	2
2017	1	2
2018	-	1
2019	-	4
2020	-	2
2021	-	3
2022	-	1
2023	-	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>25</b>

Elaborado pelo autor (2023)

Quanto à relação dos artigos à temática desta pesquisa, é necessário explicar que, do *corpus* de 25 títulos, 12 relacionam memória e ditadura civil-militar a termos referentes aos arquivos, conforme detalha o Quadro 4.

Quadro 4. Artigos relacionando Ditadura, Memória e Arquivos

Autor	Ano	Termo
1. RODRIGUES, G. M.	2011	Acesso aos arquivos;
2. THIESEN, I.	2013	Arquivos;
3. CIAVATTA, M.	2014	Arquivo Astrojildo Pereira
4. COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C.;	2015	Centro de Memória e Documentação Corporativo
5. MONTEIRO, C. A. V.		
6. SOUSA, R. P. M.; OLIVEIRA, B. M. J. F.;	2016	Arquivo Permanente;
SOUSA, M. R. F.		
7. ALMEIDA, M. Z.;	2017	Arquivologia; Documento Audiovisual;
ASSIS, J. M. F.		
8. CABRAL, J. R.	2017	Arquivologia; Arquivo;
9. PASSARIN, M.;	2019	Acervo Digital;
10. KARPINSKI, C.		
11. SILVA, L. C.;	2019	Comissão Milton Santos de Memória e Verdade; Análise arquivística;
12. MIRANDA, Z. D.		
13. ROSA, R. A. M.;	2019	Documentos de arquivo; Filme de arquivos
RODRIGUES, G. M.;		
14. MANINI, M. P.		
15. BEDRIKOW, R. et al.	2021	Arquivos
16. SILVA, J. K. T.;	2022	Comissão da Verdade do Rio Grande do Norte
17. OLIVEIRA, D. A.;		
18. DIAS, C. C.		

Elaborado pelo autor (2023)

Como se percebe, foram identificados vários termos referentes aos arquivos. Contudo, observa-se que a utilização da palavra arquivo, muita das vezes, não está relacionada à Arquivologia como ciência, mas como referência a um arquivo institucional ou conjunto de

documentos. Tendo isso em vista e buscando se ater ao escopo da pesquisa, foram selecionados para análise apenas os que trazem discussões sobre arquivo com referência à CNV. Neste último filtro, cinco artigos foram selecionados e estão arrolados no Quadro 5.

Quadro 5. Pesquisas que relacionam memória, ditadura, arquivos e CNV

Autor	Título	Ano	PERIÓDICO
1. RODRIGUES, G. M.	Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história	2011	Acervo – Revista do Arquivo Nacional
2. COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. C.; MONTEIRO, C. A. V.	Empresas, ditadura civil militar brasileira e centros de memória e documentação corporativos: um estudo exploratório	2015	Logeion: filosofia da informação
3. CABRAL, J. R.	Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar	2017	Archeion Online
4. PASSARIN, M.; KARPINSKI, C.	Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo memória e direitos humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	2019	Perspectivas em Ciência da Informação
5. SILVA, L. C.; MIRANDA, Z. D.	Avanços e limites da comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA: análise arquivística	2019	Revista Fontes Documentais

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Com base nesses cinco artigos, foi possível refletir sobre a temática da memória na ditadura civil-militar brasileira por meio de uma abordagem sobre os arquivos da ditadura e a influência da CNV em suas formações.

O artigo com tema “Empresas, ditadura civil militar brasileira e centros de memória e documentação corporativos: um estudo exploratório” de Costa, Silva e Monteiro (2015) é possível compreender que os centros de documentação empresarial são lugares de armazenamento e lembranças acerca da ditadura civil-militar no Brasil. Os autores explicam que, por meio de um levantamento de documentação fornecida pela CNV, foi possível identificar a relação da empresa Bradesco com o governo brasileiro do período ditatorial. A crítica dos autores pesa sobre o Museu Histórico Bradesco devido a uma perspectiva clara de escolha do que lembrar e do que esquecer em “certos aspectos históricos” relativos à empresa.

No artigo “Arquivos da repressão: fontes de informação sobre a diversidade sexual e de gênero na ditadura militar”, de Cabral (2017) evidencia, por meio dos documentos e arquivos da ditadura, como as minorias foram suprimidas no período da ditadura civil militar. A autora traz, como exemplo, o acervo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), demonstrando o papel fundamental quanto a utilização da documentação encontrada a partir das bases do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do tratamento arquivístico proporcionado pela CNV para a resolução do levantamento da pesquisa.

Outro artigo que aborda a influência da criação da CNV é “Avanços e limites da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA: análise arquivística”, de Silva e Miranda (2019). Os autores discutem quais foram os efeitos que o trabalho arquivístico teve na Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (CMSMV), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizado no período de dezembro de 2013 a agosto de 2014. Conclui que houve uma limitação estrutural para que a comissão exercesse o seu trabalho, mas que, em detrimento a esse problema, a comissão contribuiu profundamente para o acesso das informações e o tratamento dos documentos referentes à ditadura civil-militar brasileira.

Já no artigo “Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história”, Rodrigues (2011) faz um levantamento pragmático e de forma contextualizada sobre as leis de acesso aos arquivos no Brasil. O recorte temporal da pesquisa se dá pelo início da ditadura, 1964, até 2009 quando é lançado o projeto da LAI. A autora reflete sobre o acesso aos arquivos e traz considerações importantes acerca das mudanças ocorridas após a promulgação da LAI.

Por fim, o artigo “Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina” de Passarin e Karpinski (2019), analisa a contribuição da Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC). A pesquisa buscou entender o processo de construção do arquivo e sua gestão das informações, pela óptica da Ciência da Informação (CI). Os autores concluem que a característica deste arquivo, sob a responsabilidade de gestão de uma universidade pública, possibilita o acesso de forma livre, potencializando pesquisas históricas sobre a temática em Santa Catarina.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Ditadura Civil-Militar trouxe diversas problemáticas nos campos de estudo relacionados à memória e à documentação. Voltar os olhos para os arquivos da ditadura possibilita visitar um passado não muito distante. Tal período da história do Brasil necessita ainda de diversas respostas às violações de direitos civis e à construção coletiva da identidade nacional, onde nelas busca-se esclarecimento dos ocorridos para que não volte a acontecer.

Os arquivos, como instrumento de registro, possibilitam a perpetuação da memória, assim como tal afirmativa também infere responsabilidades. Devido à sua importância histórica, os arquivos da ditadura necessitam de tratamento arquivístico, para que seja respeitado o princípio de proveniência, a fim de garantir a confiabilidade dos acervos. Tudo isso observando

suas características para proporcionar o acondicionamento correto, facilitando a posterior análise histórica a partir de seus conteúdos.

A CNV vem como resposta à necessidade de apuração acerca de crimes não julgados e de injustiças cometidas pelo Estado para que se possa enfrentar os problemas e se reconciliar com o “passado”. Tal iniciativa permitiu a centralização de arquivos, seu acesso e publicação de conteúdos até então sob a égide do sigilo. Assim, potencializaram-se pesquisas, foram resolvidos casos de “desaparecimento” de vítimas e, principalmente, foram disponibilizados dados para verificação e disseminação das “memórias documentais”. Estas, por sua vez, tornam-se fontes de informação essenciais para a problemática da ditadura civil-militar brasileira.

Ao fazer a análise dos artigos que se relacionam especificamente ao tema proposto, mostra-se evidente o papel da CNV em auxiliar o acesso aos arquivos da ditadura. Além disso, trouxe a possibilidade do tratamento arquivístico aos documentos que outrora estavam espalhados pelas diversas regiões do Brasil. Sua capilaridade permitiu o desenvolvimento de diversas comissões avaliadoras, atuando na gestão documental de diversos fundos arquivísticos.

Dito isso, os acervos em universidades e institutos permitem programas de fomento à produção de publicações, trazendo o respaldo que, por lei, esses arquivos devem fornecer para a sociedade. Deve-se observar, entretanto, que ainda há muito a ser melhorado relacionado ao tratamento, por meio da participação de arquivistas nas equipes de tratamento técnico das informações. É o tratamento arquivístico que possibilitará a melhoria do acesso e a potencialidade de programas de estímulo financeiros para a preservação e a disseminação dos acervos de documentação que a CNV promoveu.

Contudo, apesar do pequeno aumento no número de pesquisas sobre memória e ditadura no escopo das Ciências da Informação, é necessário o estímulo à pesquisa, para que mais produções tragam à tona outros olhares sobre a temática. Os arquivos da ditadura que foram criados, desde a promulgação da CNV, carecem de pesquisas na área de Arquivologia. As pesquisas sobre a contribuição das técnicas arquivísticas para preservação e acesso à informação do período são oportunidades para os arquivistas, garantindo os exercícios das funções arquivísticas. É essencial o exercício do direito conquistado de forma democrática pela constituição de visitar as informações de uma memória que está registrada e esperando seu uso, dando respaldo tanto de forma administrativa quanto jurídica, relativos a um período obscuro da história brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações Técnicas - AN, n. 51).

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BELLOTTO, H. L. Valores dos documentos de terceira idade, e identificação dos fundos. In: **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rj: FGV. 2006. p.113-134

BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **A CNV**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 8159 de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União. 29, n.6, p.455, jan. 1991. Seção I

CIAVATTA, M. A memória sem medo: sobre o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 27, n. 1, p. 156-166, [????]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44542>. Acesso em: 28 set. 2023.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Volume 1. In: \_\_\_\_\_. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília. 2014. (978-85-85142-64-3). Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os Arquivos**, 2010. Disponível em: [https://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_2010\\_Universal-Declaration-onArchives\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-onArchives_PT.pdf). Acesso em: 26 set. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações Técnicas - AN, n. 51).

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, V. 10-14. n. 2, 1986.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos com prova de ação. Trad. Adelina Novaes e Cruz. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p.49-64, jan./jun.1994.

FICO, C. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, v. 28, n. 47, p.43-59, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 2. p. 21-49.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acesso em: 06 set. 2023.

KARPINSKI, C. **Memória Arquivada**: reflexões sobre documentos e arquivos a partir de Paul Ricoeur. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2838>. Acesso em: 17 set. 2023.

LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, L. B. **Documentos históricos de Bibliotecas Universitárias do Rio Grande do Sul: no enalço da realidade de preservação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Cezar Karpinski. Florianópolis, p. 92. 2018.

MOURA, E; KARPINSKI, C. Memória e ditadura militar no brasil: a produção científica do tema na ciência da informação. v. 16, p. 1-18, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146604>. Acesso em: 04 de set 2023.

PASSARIN, M. **Informação e memória na interface da disponibilização de documentos da ditadura civil militar brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 76. 2021.

PASSARIN, M.; KARPINSKI, C. Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo memória e direitos humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. Perspectivas em Ciência da Informação, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 145-155, dez. 2019. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/4190>. Acesso em: 20 set. 2023.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SILVEIRA, R; KREWER, M. Identidade pessoal e memória no pensamento de John Locke. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13., 2001, Porto Alegre. **Livro de resumos**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/84382>>. Acesso em: 07 set. 2023.

## MEMORY AND ARCHIVES: THE INFLUENCE OF THE NATIONAL TRUTH COMMISSION ON THE COMPOSITION OF THE DICTATORSHIP ARCHIVES

**Abstract:** During the period from 1964 to 1985, Brazil went through the Civil-Military Dictatorship, a still recent milestone in the young history of Brazilian democracy, which is reflected both in the social identity and in the archives and documentation that have been produced since then. With the development of the National Truth Commission, established between 2012 and 2014, the proposal was to 'reveal' the memory that was intentionally hidden and/or destroyed, enabling the development of evaluation commissions for the creation of memory funds relating to the civil-military dictatorship. In this sense, the present research aims to analyze the influence of the National Truth Commission on the composition of the dictatorship's archives, reflecting on the role of the archive as a source of information. Specifically, the objective was to a) Discuss the relationship between the concept of Memory and Archive in the issue of the Civil-Military Dictatorship; b) Search the Information Science (IC) database for the occurrence of research on Memory, Dictatorship and Archive. Using bibliographical research as a methodological procedure, updating research already developed and aiming to obtain an understanding of what is being produced regarding the terms memory and military dictatorship in the scope of archives and the national truth commission. The results point to the growth of production on memory and military dictatorship, but with a shortage of production specifically related to archives and the role of truth commissions in their constitution. It is concluded that, despite the production being related to archives, little is discussed about archival treatment and the possibilities for Archivology's contribution to the topic.

**Palavras-chave:** Memória; Ditadura; Arquivo; Comissão Nacional da Verdade